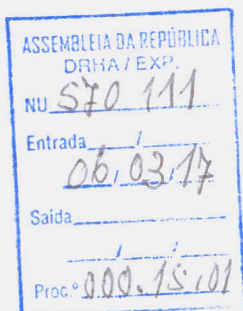


DSATS

ADPLN

2017-03-06

C



Exma. Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Rita Bessa

Assembleia da República

Largo das Cortes - Palácio de S.Bento

Lapa

1249-068 LISBOA

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência  
1814/2017

Data  
02-03-2017

**ASSUNTO:** Colégios com contrato de associação

Exma. Sr.<sup>a</sup> Deputada  
Dr.<sup>a</sup> Ana Rita Bessa

Acusando a receção do V. Requerimento número 554/XIII (2.<sup>a</sup>) – AL, datado de 09 de fevereiro de 2017 e relativamente ao assunto em epígrafe, serve o presente para comunicar a V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte:

“1 - Que tipo de elementos pediu o Ministério da Educação e qual foi o parecer dado quanto ao encerramento de turmas nestes colégios?”

O Ministério da Educação não solicitou qualquer tipo de elementos ou dados a estes serviços no que concerne ao encerramento de turmas nos colégios com contrato de associação. O Executivo Municipal teve conhecimento desta notícia, através da Comunicação Social conforme informação do Exmo. Sr. Presidente de Câmara na reunião do Conselho Municipal de Educação.

“2 - Tem estimativas quanto ao acréscimo de custos com transportes escolares?”

Este estudo não foi realizado. Para estimarmos o valor do custo com os transportes escolares, teremos que ter o número de alunos abrangidos pela medida. Após este conhecimento teríamos que perceber se o referido transporte será feito através de passe em carreira pública ou em circuito especial.

“3 – Já tinham sido aprovadas previamente os mapas de transportes para o próximo ano letivo?”

O Plano Anual de Transportes Municipal, por norma é aprovado no primeiro trimestre do ano. Neste caso, o Plano estava já aprovado para o ano letivo.

“4 - Com a alteração imposta pelo Ministério da Educação há necessidade de alterar a carta escolar do município?”

Sem percebermos para onde serão encaminhados os alunos, não estamos em condições de responder positivamente a esta questão.

“5 - O Conselho Municipal de educação já se pronunciou sobre esta matéria? Se sim, o que deliberou?”

O Conselho Municipal de Educação debateu o assunto na reunião realizada no pretérito dia 30 de maio de 2016. Na referida reunião, os conselheiros foram informados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Amarante que, nesse mesmo dia, em reunião de Câmara tinha sido apresentada uma moção pela defesa do serviço público - Externato de Vila Meã, e que foi subscrita por todo o executivo. O Conselho Municipal de Educação anuiu que fosse transmitido à Sr.ª Secretária de Estado da Educação a indignação e insatisfação pelo que estava a acontecer ao Externato de Vila Meã e a desconsideração feita à autarquia de Amarante.

Com os melhores cumprimentos,

Por delegação de assinatura do Exmo. Senhor Presidente da Câmara

**O Chefe de Divisão de Educação, Juventude e Desporto**



**Carlos Alberto Pereira Gomes**